

A NATUREZA CONTRADITÓRIA DA URBANIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS

Janio Santos¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é verificar a natureza contraditória da urbanização contemporânea, num contexto em que apresenta maior complexidade, bem como as alterações decorrentes de suas mudanças nas cidades médias baianas, nas últimas décadas. Por um lado, a análise feita sobre a urbanização contemporânea aponta a existência de sérios conflitos originados dos mecanismos/estratégias de reprodução do capital, sobretudo, em função da instauração de um novo regime de acumulação no Capitalismo. Nesse sentido, novas articulações e interesses são evidenciados no processo e reforçam: a apropriação privada do que é produzido coletivamente; uma descentralização que é profundamente centralizada; dinâmicas de desestruturações aliadas à reestruturação; e, mormente, um ideal de modernização que se materializa associado à barbárie social, em função da precarização das condições de vida dos trabalhadores. Destarte, observamos que tais transformações são associadas a três aspectos: (1) *as ações políticas engendradas no estado da Bahia*; (2) *os ditames e a mobilidade do capital*; (3) *as novas relações tempo-espço, aliadas a constituição de um novo cotidiano nas cidades médias*. Assim, uma leitura mais aprofundada sobre as implicações dessa dinâmica precisa ser engendrada, porque ainda carecemos de investigações sobre as cidades médias baianas, o que implica estudar os elementos de sua dinâmica.

Palavras-chave: Urbanização; Contradição; Cidade média; Transformações.

¹ Doutor em Geografia e Professor-Adjunto da UESB E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Introdução

Observou-se que, nas últimas quatro décadas, profundas transformações vêm ocorrendo no processo de produção das cidades médias baianas, como conseqüência de alterações desdobradas em diversas escalas (SANTOS, J. 2009a e 2009b). Por um lado, consolidou-se, na Bahia, a prevalência da lógica urbana no processo de reprodução da sociedade, como produto de novas relações de trabalho e de produção, que foram engendradas durante todo o século XX, e, por outro, novos componentes e elementos foram integrados a dinâmica tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais.

Entende-se que, dialeticamente, isso foi implicado por (e implica numa) ordem peremptória, que é marcada por um novo contexto da urbanização contemporânea. Dentre vários aspectos, nossa leitura sobre essa última demonstra que, no âmbito brasileiro, simultaneamente à legitimação do papel das grandes metrópoles na rede urbana, nas três últimas décadas um fenômeno importante ocorreu: o crescimento das pequenas e médias cidades, aspecto bem argumentado por M. Santos (1993 e 1994).

No caso da Bahia, foco particular estudado, é verossímil perceber que as cidades pequenas e médias desempenham papéis importantes na rede urbana, tanto quanto a metrópole regional, Salvador. Enquanto as primeiras, as médias, possuem a função de articular os centros do capital e de comando (metrópoles globais, nacionais e regionais) aos menores núcleos urbanos, as pequenas possuem uma integração maior e, possivelmente, mais complexa com o campo e com a vida nos menores aglomerados urbanos, como as vilas² e os pequenos povoados.

Ponderou-se, em outros momentos, sobre algumas transformações que esse novo contexto da urbanização provoca na produção das áreas urbanas baianas, seja na metrópole regional soteropolitana (SANTOS, J., 2008), seja nos núcleos de médio e pequeno portes (SANTOS, J. 2009b), esses últimos ainda alvos de outras pesquisas. Neste Plano, tentar-se-á o uso de um recurso heurístico que permita repensar a própria discussão teórica sobre a urbanização, pois esse é outro propósito de nossas pesquisas.

² Oficialmente, no Brasil, toda sede de um distrito é uma vila. Todavia, como já apontou Carlos (2003), a definição político-administrativa não é o interesse de nossas pesquisas, nem o elemento balizador da análise sobre as cidades, aliás, um aspecto superado há décadas na Geografia brasileira.

Com base nas idéias supramencionadas, engendram-se as argumentações deste trabalho, cujo cerne é refletir sobre *as bases epistemológicas que, no plano teórico e metodológico, contribuem para entendermos a lógica da urbanização na contemporaneidade*, pensada enquanto mais um recurso heurístico, dentre outros que vêm sendo construído, que permita avançar na discussão sobre as transformações que vêm ocorrendo na produção das cidades médias localizados na Bahia.

Contudo, a resposta para essa questão enseja outras que, concomitantemente, suscitem o debate mais amplo sobre a especificidade do fenômeno. Nesse sentido, cabe também investigar as implicações de reestruturação urbana e da cidade, como produto das mudanças na própria urbanização, na redefinição da lógica da centralidade, e pensada com base nos conflitos que surgem em função da constituição de novas áreas comerciais e de serviços nas cidades médias baianas.

Parte-se do pressuposto de que as transformações engendradas no Estado da Bahia, principalmente, a partir da década de 1970, foram decorrentes de um aumento na complexidade do processo de urbanização, que, por sua vez, criou condições para que a alocação do capital imobiliário e terciário coadunasse com a redefinição da centralidade urbana naquelas cidades médias, influenciando nas relações tempo-espaço intra e interurbana.

Essas, dentre outras indagações de caráter mais empírico, fazem parte das discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa: *Urbanização e Produção de Cidades na Bahia*³, constituído por reflexões que vêm sendo realizadas sobre algumas áreas urbanas do Estado. Além de avançar no debate sobre os processos e dinâmicas que ocorrem na escala intraurbana, essa sistemática tem o propósito de fortalecer o entendimento sobre as cidades baianas e contribuir com novas ponderações sobre as mudanças no processo de urbanização, até porque se carece de averiguações sobre tais questões.

³ Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Janio Santos.

Em busca de uma discussão epistemológica sobre a urbanização

Como o desenvolvimento atual do processo de urbanização envolve um complexo sistema de relações, no qual os componentes técnicos e as ações dos sujeitos desempenham papel seminal, e uma miríade de atos cotidianos compõe um movimento de transformação, alimentando o *ser* e o *vir-a-ser*, explicar esse fenômeno é um desafio para a ciência, em geral, e, para a Geografia, em particular. Destarte, algumas proposições vêm sendo desenvolvidas e contribuem para enriquecer as reflexões teóricas sobre a essência daquilo que pesquisamos – as áreas urbanas.

Com base nas idéias de Sposito (2004), salienta-se a necessidade de evitarmos, na Geografia, adotar o tempo *urbanização* de forma reducionista, como sinônimo de dotação de infraestrutura urbana, cujas propagandas das políticas públicas governamentais, em qualquer área urbana, dão lastro ao que o senso comum apreende; ou, como sinônimo de crescimento da população urbana, associada, de forma simplificada, ao aumento na Taxa de Urbanização, dentre outras expressões. Logo, com base no pensamento do Lefebvre (2004 e 2008), que sustenta as análises de Sposito (2004) e de Carlos (2001), adotaremos a idéia de *urbanização como um processo*, o que implica num movimento que se desdobra num interregno de tempo, e *a cidade como a própria materialidade da urbanização e que, dialeticamente, a influencia*, algo que já discutimos outrora (SANTOS, J. 2008).

Avançando no que diz respeito à questão teórica sobre a urbanização contemporânea, algumas “teses” vêm sendo difundidas e discutidas. Para Monclus (1998), estamos passando por um período marcado por uma *urbanização difusa*. Suas argumentações partem do princípio de que os processos urbanos adquiriram maior complexidade, acarretando novas articulações territoriais. Em linhas gerais, caracterizar-se pela evidência de uma (des)integração maior entre o rural e o urbano, pela superposição de territorialidades urbanas em cidades de maior porte, principalmente, nas metrópoles, e por uma dispersão de processos espaciais urbanos, sempre aliados a novos interesses do setor imobiliário e do capital financeiro internacional.

Outra proposição que temos de considerar é a apresentada por Damiani (2009 e 2004), que apreende a *urbanização como crítica*. A autora sustenta essa idéia

fundamentada num tripé importante: a análise da crise do trabalho, contida na crise do capital; o fato da materialidade do processo constituir como um privilégio à produção mercantil do espaço, sobretudo o urbano, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro; a destituição profunda da humanidade do homem que é, ao mesmo tempo, a “naturalização” do humano.

Tais adjetivações, que anunciam esforços teóricos relevantes, atinam para a idéia de que esses verdadeiros palimpsestos do mundo contemporâneo, que são as áreas urbanas, constituem-se como expressões dialéticas de um fenômeno que é geral. Todavia, é necessário não perdermos de vista o rigor teórico de outros adjetivos encontrados, que possuem limites teóricos em suas aplicações, se associados ao conceito de urbanização (como compacta, dispersa, “comfusa⁴”, dentre outros), porque podem reduzir o conteúdo epistemológico da sua discussão, fetichizando e priorizando a forma como recurso heurístico.

Estudando o processo de reestruturação urbana e da cidade (SANTOS, J. 2008), reconhecemos que a *urbanização contemporânea passa por um período em que é notória uma maior complexidade nos processos*, o que redefine, no plano interno das metrópoles regionais, sua própria estrutura urbana, fenômeno que também verificamos em cidades de porte médio, particularizadas pelos casos baianos⁴. Dessa discussão, observa-se que, no contexto atual, tais tipologias de cidades constituem-se uma lógica poli(multi)nucleada, sendo profundamente marcadas: por conflituosos processos e interesses na reprodução de das áreas centrais; pela suscitação de novos desejos habitacionais; e pela produção de uma hodierna modalidade do consumo do/no espaço urbano.

Por mais que tais reflexões apontem alguns avanços em nosso debate sobre as cidades médias baianas, ponderamos que aquelas ainda não atingem o âmago da discussão sobre o processo de urbanização, porque não demos conta de explicar, no plano epistemológico, a sua “natureza”, no sentido de engendrar-se como um elo na discussão que é central: a relação entre o trabalho, enquanto mediador seminal da relação sociedade- natureza, e o próprio *dever* da humanidade, que é marcada por sua

⁴ Junção de *Compacta* com *Difusa*, usada por Abramo (2008).

desumanização.

Para *galgarmos* nesse horizonte, vamos abrir um bloco de reflexões, que são pautadas em pesquisas já realizadas ou que estão em andamento, trazendo um conjunto de respostas e indagações (contudo, ainda muitas dúvidas) com base em levantamentos empíricos sobre algumas cidades médias da Bahia, para, com base nesses, avançarmos no entendimento do que constitui, a nosso ver, a natureza da urbanização contemporânea.

As cidades médias baianas

Com base em diversos autores⁵, para os interesses de nossas reflexões, define-se como cidade média aquela que exerce função como um centro regional numa determinada rede urbana, de acordo com o padrão demográfico, a situação, o raio de ação e o nível de especialização dos serviços e atividades produtivas; além disso, tem a capacidade de articular-se aos centros de decisões sem, necessariamente, depender das cidades dentro da sua unidade político-administrativa cuja ordem hierárquica é superior, um dos elementos denunciadores de que tal categoria de cidade, atualmente, também evidencia processos reestruturação em seus espaços intraurbanos.

No caso da Bahia, o padrão demográfico das cidades médias é circunscrito entre 50.000 e 500.000 habitantes⁶, sendo desconsideradas Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias e Camacari, pela proximidade com Salvador, metrópole regional, que, de certa forma, atenua o papel que tais cidades exercem como médias. Por outro lado, cidades como Itapetinga, Valença, Guanambi, Itamaraju e Irecê, cujos padrões estão próximos a alguns casos que estudamos, merecem uma análise mais acurada, se não quisermos incorrer em equívocos analíticos, o que reforça a importância de discutirmos tais tipologias de cidades. Assim, para desenvolver a pesquisa documental e os levantamentos prévios, etapas já realizadas pelo Grupo de Pesquisa, foram escolhidas 18 cidades (Tabela 1 e Figura 1).

⁵ Grupo de Pesquisa: Urbanização e Produção de Cidades na Bahia

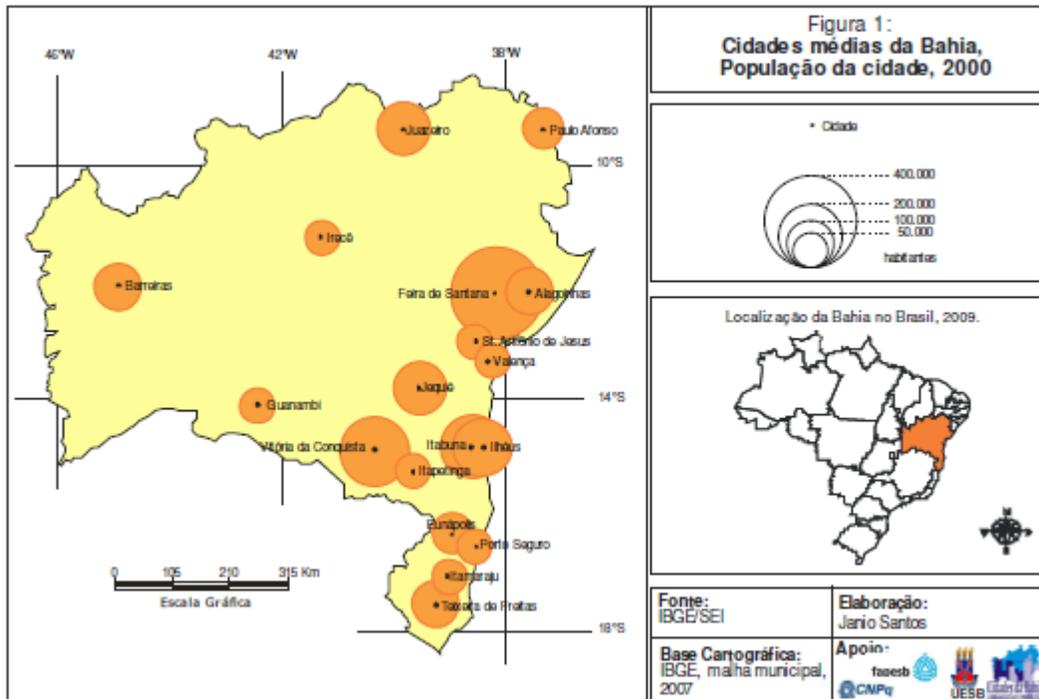
Tabela 1:
Cidades médias da Bahia
População da cidade, urbana, rural e municipal, 2000/2007

Municípios	Dados absolutos				
	2000				2007
	Cidade ¹	Urbana	Rural	Municipal	Municipal
Feira de Santana	419.816	431.419	49.530	480.949	571.997 ²
Vitória da Conquista	215.182	225.545	36.949	262.494	308.208 ²
Itabuna	191.184	191.184	5.491	196.675	210.604 ²
Ilhéus	154.624	162.277	59.850	222.127	220.144 ²
Jequié	126.906	130.296	16.906	147.202	145.897
Juazeiro	125.286	133.278	41.289	174.567	230.538 ²
Alagoinhas	110.751	112.440	17.655	130.095	132.540
Barreiras	100.085	115.784	16.065	131.849	129.449
Teixeira de Freitas	97.928	99.128	8.358	107.486	118.678
Paulo Afonso	82.584	82.584	13.915	96.499	101.757
Eunápolis	79.161	79.161	5.959	84.120	94.354
Sto. Antônio de Jesus	66.245	66.245	11.123	77.368	84.252
Porto Seguro	64.295	79.619	16.102	95.721	114.344
Valença	51.816	55.884	21.625	77.509	84.942
Itapetinga	51.453	55.182	2.749	57.931	63.177
Guanambi	50.784	54.003	17.725	71.728	76.192
Irecê	49.628	53.143	4.293	57.436	62.672
Itamaraju	48.037	48.037	16.107	64.144	65.368

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000) e Contagem Populacional (2007).

Notas: 1 - Apenas os dados da população urbana do Distrito-sede;
 2 - População estimada.

⁶ Amorim Filho e Serra (2001); Pontes (2001); Sposito (2007).



Como apontamos alhures, tais cidades não foram escolhidas, exclusivamente, pelo critério demográfico, disso exposto a retirada daquelas que estão próximas à Salvador. Outros elementos foram seminais para tal escolha, tais como o papel que essas cidades desempenham na dinâmica regional; sua capacidade de atração de atividades terciárias associadas a escalas supraestaduais de capital; e o indicativo de que estão passando por processos de reestruturação dos seus espaços internos. Porém, salientamos que só com a conclusão da pesquisa teremos condições de verificar se todas podem ser enquadradas como cidades médias.

Urbanização e barbárie social: um olhar sobre as cidades médias baianas

Por mais que seja sedutor, por hora, não nos proporemos a realizar um relato detalhado sobre a realidade das cidades médias baianas, por entendermos que não é esse o propósito das reflexões apresentadas neste texto. Apenas pontuaremos o extrato daquilo que aparece como mais contundente no conjunto dos processos de produção e reprodução dos espaços urbanos baianos e que configuram o que foi anunciado por

Espinheira (1989) como uma barbárie constituída no contexto da urbanização, particularizada por uma investigação interessante, apesar de pouco acurada, que esse autor fez sobre Salvador.

Para dar início, como ressalva, salientamos a necessidade de superamos uma visão mecanicista que insiste em explicar a produção das cidades médias baianas, como de outros lugares do Brasil e do mundo, por meio de elementos meramente técnicos, o que além de configurar o que Godinier (1997) definiu como *determinismo tecnológico*, a nosso ver, também produz um *fetichismo da técnica*, que, problematicamente, inverte toda a ordem da explicação e do fenômeno urbano. É no bojo desse grande equívoco que, de forma reducionista, as rodovias, por si mesmas, explicam, por exemplo, o crescimento de cidades como Vitória da Conquista, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, dentre muitas outras, desconsiderando elementos muito mais relevantes para a discussão, e que são a própria essência da existência de tais rodovias, enquanto materialidade puramente técnica.

Portanto, por mais que sejam importantes, rodovias, como a BR-116 e a BR-101, a rede ferroviária, incipiente na Bahia, toda a rede portuária, bem como outras materialidades técnicas e da técnica, visíveis ou não, longe de panacéias explicativas, nada mais são do que produtos de uma ordem social mais ampla que, no caso do Território Baiano, para entendermos implica desvendar os nexos do próprio avanço e amadurecimento das relações capitalista no Brasil, articulados ao próprio movimento do mundo. Dentre várias outras nuances, compreendem os interesses que estão vinculados à expansão do capital “terciário” (comercial e ligado aos serviços), financeiro, industrial, agrário e imobiliário, bem como, mormente, os ditames e conjunto de normas engendradas pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal; ou seja, é preciso desvendar o cerne da relação entre capital e trabalho, pensando no que Mézaros (2009) pontua como seminal no debate sobre o capitalismo contemporâneo - a dialética entre produção e consumo, produção e circulação, e produção e distribuição -, que, a nosso ver, também é central na discussão sobre a produção do espaço.

No que tange às relações entre o campo e a cidade, verifica-se que a mobilidade do trabalho rural-urbana foi notória, nas últimas três décadas, e não restrita aos deslocamentos para os grandes centros urbanos brasileiros, como em tempos de outrora,

sendo a Região Sudeste a principal rota, mas não a única⁷, como é recorrente pensar. Portanto, em prevalência, para as médias, como Vitória da Conquista, Feira de Santana, Barreiras,

Itabuna, dentre outras, camponeses passaram a migrar, expropriados de suas terras, uma dinâmica que pode ser explicada por três processos, que não são excludentes entre si: (1) a ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo; (2) o processo de mecanização/modernização da agricultura; (3) em função de períodos de crise na atividade agrícola.

No cerne desses três processos impõe-se o que é central para a nossa discussão: a questão da propriedade privada da terra rural e urbana. Assim, por meio de subsídios financeiros e fiscais do Estado, e também usando de recursos ilegais, como a grilagem e trabalhos escravos, grandes empresas/complexos agrícolas territorializam-se no campo baiano, ou passam a monopolizá-lo⁸, como um produto de uma lógica que não é nacional, mas mundial. Exemplos como a Aracruz Celulose, a Veracel, a Michelin, a Bagisa, dentre muitos outros, mostram que não são poucos os casos a serem pesquisados e debatidos no campo. Na esteira do fenômeno, uma massa de camponeses foi e é expropriada de suas propriedades agrícolas, e a ideologia conservadora ainda mantém a idéia de que *“essa leva saiu do campo em busca por condições melhores de vida na cidade”*, desconsiderando o modo recrudescente e bárbaro como tudo isso ocorreu e ocorre, bem como a sua territorialização nas áreas urbana de todos os tamanhos.

No plano imediato, a expansão territorial das áreas urbanas adquiriu contornos mais claros a partir do final dos anos 1940, mantendo-se até os dias atuais, num encadeamento iniciado em Salvador, bem como em boa parte da Região Metropolitana, e que passou a envolver algumas cidades médias, sobretudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, mas que, nos últimos vinte anos, torna-se visível também nos pequenos núcleos urbanos. Ademais, diferente do que certas concepções

⁷ Apenas os dados da população urbana do Distrito-sede.

⁸ No caso da Bahia, fazemos uma ressalva de que várias pesquisas apontam (SILVA, 1972 e SANTOS, J. 2003) o fato de que, ainda no final da década de 1940, fortes deslocamentos de pessoas para a Região Metropolitana de Salvador, sobretudo, camponeses, expropriados de suas terras e sem condições para viver no campo, o que concede outro caráter à histórica discussão sobre a mobilidade do trabalho no plano estadual, ainda que os movimentos para a Região Sudeste sejam incomensuravelmente maiores.

reducionistas e acríticas apontam, não é o processo de crescimento do tecido urbano, em si, que decorre na intensificação da segregação socioespacial, mas as precárias condições de vida da população pobre, aspectos que apontam a barbárie do capitalismo. Esse fenômeno, por sinal, vem se acentuando em tais cidades, sobretudo, nas que estão sob a égide: de reestruturações/desestruturações econômicas regionais, da expansão do agronegócio, das políticas de incentivos fiscais e da ausência de programas de permanência da população no campo.

Outra esfera importante da discussão sobre as cidades médias baianas é a questão da centralidade urbana, que está inexoravelmente associada às dinâmicas da reestruturação dos seus espaços internos (SANTOS, J. 2008). Em função do crescimento demográfico, da massificação do consumo e da própria reestruturação do capitalismo, amplia-se o número de áreas centrais nas cidades médias, constituindo uma lógica de maior competitividade tanto no interior da própria área central, quanto entre áreas centrais. Por mais que novas áreas terciárias estejam surgindo, em todos os casos baianos, é clarividente que o centro principal prevalece como maior provedor de produtos, serviços e de empregos, por mais que ainda não tenhamos dados concretos sobre a espacialidade dessas informações para toda a Bahia. Todavia, levantamos a hipótese de que, percentualmente, em função da oferta de novos postos de trabalho e da instalação de estabelecimentos fora das áreas centrais, esteja ocorrendo uma diminuição relativa dessa força que o centro principal exerce sobre as algumas cidades médias, como Vitória da Conquista, Itabuna e Feira de Santana.

Se a causa principal dessa perda relativa é, por um lado, a chegada de grandes equipamentos, como shopping centers, megaestabelecimentos de auto-serviços, bem como espaços de lazer, mormente, os destinados à elite, e, por outro, o deslocamento de antigos serviços públicos e a instalação de novos, o que é interessante discutir são os conflitos que emergem nessa certa ruptura na lógica da centralidade única; até porque não se trata de um processo pacífico, pois envolve interesses das elites locais, adicionados à força de um capital nacional e, em alguns casos, internacional, reproduzindo a própria desigualdade entre as classes, algo que já apontamos anteriormente (SANTOS, J., 2009).

No que tange aos novos padrões de moradia, encontramos problemas em explicar a realidade baiana por meio de elaborações teóricas que, a nosso ver, não possuem

evidência empírica na maioria dos casos que estudamos; isso, por exemplo, se pensarmos na idéia da urbanização difusa e da cidade dispersa, abordada por Reis Filho (2009). Ressalvando-se os casos observados por Limonad (2007), restritos às “ilhas litorâneas isoladas” e que envolvem nuances mais complexa, o que vêm marcando o mercado imobiliário nas cidades médias baianas ainda é: (1) a verticalização em algumas áreas elitizadas; (2) a pujante valorização do solo urbano, cuja hipótese mais plausível para explicar a manutenção dos preços altos nessas cidades é o monopólio da terra urbana nas mãos de uma “elite imobiliária”, local ou não; (3) o crescimento do número de condomínios horizontais fechados, fenômeno que, aos poucos, ganha força na reprodução do capital imobiliário baiano e se desdobra para as cidades localizadas fora da Região Metropolitana. Nesse ponto, o grande *marketing* é tanto a *venda da segurança*, num contexto em que estereotipa-se a violência social, quanto a *valorização do valor*, pois, como no caso mais impressionante da Bahia que é Santo Antonio de Jesus, os *outdoors* escancaradamente externam que “deve-se comprar um terreno no condomínio porque ele valorizou 80% em menos de um ano”, ou seja, o reforço do mercado de terra urbana pela valorização, *per si*, perdendo de vista completamente a concepção e a produção da moradia como valor de uso.

Expande-se, portanto, a ação dos loteadores, que não é um fenômeno novo nas cidades médias baianas, mas que, todavia, passa a constituir a mercantilização das terras urbanas, sustentada pela lógica da escassez, da sua produção enquanto raridade⁹. Assim, cresce de modo inexorável a ação dos especuladores e incorporadores imobiliários nessas áreas urbanas, no contexto atual, vinculada a um capital que não está mais circunscrito à escala local e, mesmo regional, produzindo novos desejos e necessidades, através da produção desses novos equipamentos urbanos e dos novos padrões de moradia.

No bojo dessas mudanças no padrão imobiliário, também verificamos em todas as cidades uma profunda segregação socioespacial, fenômeno que é majorado por dinâmicas que alteram o conteúdo e a morfologia de suas periferias urbanas¹⁰, áreas que

⁹ Mais detalhes, em A. Oliveira (1991).

¹⁰ Carlos, A. F. A.; Damiani, A.; Seabra, O. C. de L. (2001).

deixam de ser exclusivamente associadas às classes de baixa renda, recebendo a classe média, uma elite urbana local e fortes investimentos do poder municipal e do setor imobiliário. Assim, junto com a auto-segregação, aspecto articulado à proliferação de condomínios fechados, expandem-se inúmeras áreas paupérrimas, indicando, de acordo com levantamentos empíricos: (a) o aumento dos focos de miserabilidade humana; (b) a recrudescente condições de vida da classe trabalhadora; (c) a proliferação do trabalho precário, também manifesta pelo que Thomaz Júnior (2006) denomina como *plasticidade*; e (d) torna-se comum o convívio das pessoas pobres com todo tipo de carência no que tange ao acesso às necessidades básicas de qualquer sujeito social. Para agravar, todos esses aspectos possuem a aquiescência do poder público municipal, estadual e federal.

Finalmente, observamos um *aprofundamento do processo de fragmentação socioespacial* nas cidades médias baianas de porte maior, como Vitória da Conquista, Itabuna e Feira de Santana. A princípio, nos afastaremos das idéias que entendem a fragmentação como o processo de parcelamento, em si, do solo urbano, como é apontado por Corrêa (1989). Nossa concepção aproxima-se das discussões de Salgueiro (1998) e Oliveira Jr. e Martins (2008), quando, respectivamente, apontam que a atual dinâmica das cidades reverbera verdadeiros *enclaves* ou formas de *estranhamentos*, só apreensíveis se o foco for analisar as mudanças no cotidiano da vida urbana, nas quais as fraturas sociais são a maior evidência.

O fenômeno da fragmentação socioespacial está relacionado, por um lado, -à implantação de shopping centers, que, segundo J. Santos (2008), no caso das cidades baianas localizadas fora da Região Metropolitana de Salvador, foi uma dinâmica iniciada no final da década de 1990; -ao reforço do consumo dos condomínios fechados; -à implantação de novos espaços de lazer, cujo destino é a elite urbana regional. Por outro, à impossibilidade da realização/apropriação do urbano, também, pelas classes de baixo poder aquisitivo, cuja materialidade ganha contornos pela constatação do baixo grau de sua mobilidade nas cidades de médio porte. Em geral, tais grupos sociais estão enclausurados, reféns da vida nas periferias pobres, dinâmica também verificada em áreas urbanas menores, como Poções, Itapetinga, Santo Antônio de Jesus, dentre outras, e que reforça a negação do direito à cidade, que contem (e está contido em) outros direitos,

como ao lazer, à saúde, à educação, ou seja, à dignidade humana.

Portanto, se é importante observar que, nas últimas quatro décadas, as cidades baianas passaram por importantes alterações, como produto de modificações oriundas de escalas diferentes, também torna-se fundamental perceber que isso configurou um período de maior complexidade no conteúdo da urbanização, tendo como alicerce o amadurecimento das relações capitalistas na Bahia. Por outro lado, reproduziu e reproduz novas relações de trabalho e de produção no espaço geográfico, engendradas, mormente, no final século XX e início do século XXI, o que constitui movimentos hodiernos da vida e dinâmica da sociedade e transforma tanto o urbano quanto as cidades.

Considerações finais

Na análise sobre a natureza contraditória da urbanização, num contexto de um novo padrão de complexidade, as mudanças traduzem, no plano da cidade, as engrenagens do processo geral de reprodução do capitalismo. As dificuldades em compreender tais engrenagens são evidentes, principalmente, em função do modo como são implementadas, amiúde, a produção e a realização da mais-valia, bem como a exploração do trabalho. Contudo, esses limites não podem se constituir em fundamentos para desconsiderarmos as implicações de tais mudanças na sociedade.

Se novas adjetivações vêm sendo construídas teoricamente, com o intuito de tentar explicar o cerne da urbanização no mundo contemporâneo, como a idéia da urbanização difusa e da urbanização dispersa, faz-se necessária uma leitura crítica de tais análises sobre a urbanização, porque essas adjetivações podem estar usando recursos teóricos que não dão conta de explicar a realidade socioespacial brasileira, bem como incorrerem no fetichismo da técnica.

Por mais que ainda em desenvolvimento, nossas pesquisas apontam que as cidades baianas passaram por alterações, que incidiram nos seus espaços internos, num período marcado por uma complexidade maior na urbanização e pela constituição de uma barbárie social. Essa dinâmica tem como alicerce a expansão das relações capitalistas na Bahia, expressão de seus avanços no Brasil, o que reproduz novas relações de trabalho e de produção. Tais transformações são associadas às *ações políticas, aos ditames e a*

movilidade do capital, as novas relações tempo-espaço e a reprodução da vida cotidiana, e, mormente, as leituras sobre tais mudanças necessitam perder de vista o determinismo tecnológico como fórmula explicativa para se entender as transformações que ocorreram nas áreas urbanas do Estado, principalmente, no século passado.

As conseqüências dessas mudanças são a reestruturação das cidades médias e modificações na estruturação das pequenas, ao passo que seus papéis no capitalismo são fortalecidos. Em ambos os casos, a precarização da vida dos trabalhadores, a segregação, a expansão da cidade e a terciarização são evidentes. Nas médias, surgem conflitos no centro antigo, entre esse e as novas centralidades, bem como uma fragmentação socioespacial. A produção dessa estrutura que a cidade exprime hodiernamente é, por um lado, histórica, e por outro, reconstrói a história da cidade, pois imprime uma lógica diferenciada no modo como serão utilizados os espaços urbanos, exigindo também diferenciados modos de gestão, de atuação do poder público, de ritmo de vida dos cidadãos e de atuação dos proprietários fundiários e dos capitalistas em geral.

Isso prova que a discussão sobre a relação capital-trabalho passa a ser o cerne da análise da problemática urbana, porque abre novas perspectivas para o debate sobre a construção de um outro urbano e de uma outra urbanização. Nessa ótica, além de repensar profundamente a questão campo cidade, cinco pontos devem ser levados em consideração para se pensar epistemologicamente sobre a natureza contraditória da urbanização: a apropriação privada do que é coletivamente produzido nega todas as formas de direito à cidade; a dialética entre a produção do espaço e o consumo do/no espaço, ao mesmo tempo em que garante a reprodução do sistema capitalista, materializa o estranhamento e a alienação socioespacial; a proximidade da distância, proporcionada pelas mudanças técnicas, é a mesma que alimenta a ruptura nas relações cotidianas na cidade; é necessário superar esse ideal de cidadania que é apregoado atualmente, porque esse nega o indivíduo enquanto sujeito histórico; finalmente, é seminal questionar a ideologia do desenvolvimento, do progresso e do avanço na análise sobre as cidades, porque essa ideologia realiza-se escamoteando a realidade, por meio da tentativa de dissimular a barbárie social que emerge do movimento de urbanização no capitalismo.

Referências

- ABRAMO, P. A Cidade Com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 5, p. 12-32, 2008.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1994
- _____. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p. 19-58
- _____. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana. In: **Revista da ANPEGE**, v. 5, p. 2009, 51-70
- ESPINHEIRA, G. Urbanização e barbárie. In: **Revista da Bahia**, n. 13, Salvador, jun/ago de 1989, p. 40-48.
- GOTTDINIER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 1997
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora URMG, 2004
- _____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora URMG, 2008
- LIMONAD, E. . Urbanização dispersa mais uma forma de expansão urbana? In: **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, p. 31-45, 2007
- MESZÁROS, I. **Para além do capital**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002
- MONCLÚS, F. J. (Org.) **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània, 1998

REIS FILHO, N. G. (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009

OLIVEIRA JÚNIOR, G. A.; MARTINS, A. de M. Novas expressões de centralidade e aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade. In: **Mercator**, v. 7, 2008, p.23-40

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991

OLIVEIRA, F. de. **O ornitorrinco: crítica a razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, Ano III, n.º 4, p.39-54, jan-jun 1998.

SANTOS, J. **A periferia enquanto espaço de reprodução da vida**, 2003. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador

_____. **A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador**.2008. 402f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Urbanização e reestruturação produtiva: as alterações do papel de Salvador no contexto baiano. In: **Revista Desenbahia**, v. 10, p. 23-40, 2009a

_____. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. In: **Bahia Análise & Dados**, v. 19, p. 499-509, 2009b

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

_____. **Por uma Geografia nova**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

_____. Tendências da urbanização brasileira no fim do Século XX. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p.117-126

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Record, São Paulo, 2000

SILVA, M. A. da. **Les migrations pour le “Reconcavo” du petrole**: Etat de Bahia, Bresil. 1972. Thèse (Doutorado de dans géographie). Universite Louis-Pasteur, Strasbourg

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). In: **Revista Pegada Eletrônica**, v. 7, p. 1-34, 2006